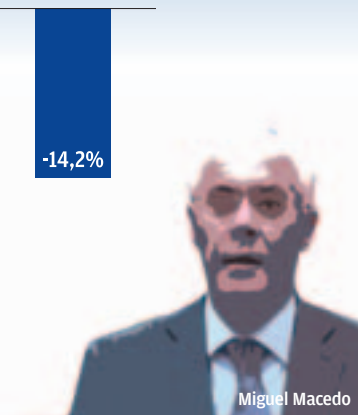


3.º - Administração Interna**-26,1**

Milhões de euros

-14,2%

Miguel Macedo

7.º - Saúde**-291,9**

Milhões de euros

-5,7%

Paulo Macedo

11.º - Segurança Social**568,6**

Milhões de euros

3,8%

Pedro Mota Soares

TEODORA CARDOSO, PRESIDENTE DO CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS

“Há muitas coisas a fazer antes de cortar direitos. É essencial gerir melhor”

“Sem uma regra de despesa acabaremos com níveis de tributação que são contraproducentes para a actividade económica”, avisa a economista

RUI PERES JORGE

O problema central na gestão das contas públicas em Portugal é uma deficiente capacidade de gestão. O verdadeiro sucesso orçamental não passa por cortar na despesa. “Em aflição corta-se o bom e o mau”. O sucesso que importa passa antes por conseguir gerir a despesa. E nisso, os sucessivos governos têm falhado. Em parte é um problema de mentalidade, lamenta. Mas não só. Leis e análises insuficientes também contribuem para as dificuldades que Portugal evidencia há anos para encontrar um caminho sustentado para as suas contas públicas. O diagnóstico é de Teodora Cardoso, presidente do Conselho de Finanças Públicas.

A conversa com a economista, que lidera o novo organismo independente de fiscalização das contas públicas portuguesas, partiu das recentes declarações nas quais defendeu que o ministro das Finanças tem hoje tanto poder sobre a despesa, que já não a consegue gerir. Um paradoxo? Nem por isso: “O ministro das Finanças tem poder a mais no que não precisa, e poder a menos no que é relevante”, diz, abrindo caminho à conversa.

“O nosso controlo de despesa está assente num sistema de procedimentos, crescentemente complexos, centralizado no Ministério das Finanças, que abrange mesmo despesas insignificantes”, explica, concretizando as consequências: “A necessidade de aprovação pelo Ministério das Finanças de muitas despesas correntes, acaba por não permitir uma gestão efectiva da despesa, sobretudo porque não responsabiliza quem efectivamente deveria gerir os orçamentos em cada ministério”.

É por isso que “Portugal precisa de substituir o controlo da despesa pela gestão da despesa”. “A incapacidade de gerir a despesa gera mais despesa e acaba por le-



Teodora Cardoso é presidente do recém-criado Conselho de Finanças Públicas.

O ministro das Finanças tem poder a mais no que não precisa e poder a menos no que é relevante.

Portugal precisa de substituir o controlo da despesa pela gestão da despesa.

Ajudava uma alteração na Constituição que concedesse ao ministro das Finanças o poder que lhe falta.

var a grandes cortes transversais, incapazes de distinguir os desperdícios e de promover a eficiência”, o que se paga com a destruição dos recursos humanos, físicos e financeiros do Estado. Mas não só. A fraca gestão da despesa pública coloca também em causa a justa repartição de sacrifícios: “É inevitável reduzir as despesas sociais, mas há muitas coisas a fazer antes de cortar direitos. Mas isso exige gerir a despesa. É essencial gerir melhor”, avisa a economista.

O Conselho de Finanças Públicas apresentou em Maio uma proposta de alteração do processo orçamental que propõe um novo modelo orçamental concentrado na despesa: “É muito importante que os Governos façam “spending reviews”, análises detalhadas à despesa no início do mandato, de que resulte a definição de um plano para toda a legislatura que, podendo ser ajustado nos detalhes, seja exigente e rigoroso quanto à evolução do agregado”, avisa. E é o poder necessário para fazer cumprir esse plano que falta ao Ministério das Finanças.

Ajudava mudar a Constituição

“Ao Ministério das Finanças caberia a missão fundamental de definir limites globais de despesa, macroeconomicamente coerentes e viáveis, definir e divulgar a informação necessária ao seu acompanhamento regular e dispor de poderes que lhe permitam garantir que o limite global é cumprido”, continua Teodora Cardoso. Sim, porque de que vale a um ministro controlar os contratos de gastos de limpeza, se lhe passarem ao lado grandes contratos públicos e outros compromissos? Ou o que pode vir de bom se, para travar a despesa, tiver de travar o funcionamento de todo o Estado?

Não é fácil atingir o equilíbrio. O apoio do primeiro-ministro é essencial, mas pode não chegar diz a economista. Por isso com bons olhos uma alteração na própria Constituição: “Para garantir a ges-

tão e o cumprimento dos limites, o Ministério das Finanças precisa sempre do apoio político do Primeiro ministro, mas ajudava também uma alteração na Constituição que lhe concedesse efectivamente o tipo de poder que falta.”

“Na Constituição estabelece-se que o Orçamento é elaborado de harmonia com as grandes opções em matéria de planeamento e tendo em conta as obrigações decorrentes de lei ou de contrato. Nada aí se diz, porém, quanto à necessidade de as grandes opções do plano ou as obrigações decorrentes de lei ou de contrato se subordinarem à capacidade do país para lhes fazer face”. “Essa é a grande responsabilidade do Ministério das Finanças e deveria ser reforçada em termos constitucionais”, defende.

Novas regras de défice não chegam

Teodora Cardoso avisa que sem enfoque na despesa, de pouco servirão as regras de défice, “como aliás ficou evidente nesta crise”. “Uma regra de défice como a definida no “fiscal compact” não chega. A concentração no controlo dos défices não chega. Sem uma regra de despesa acabaremos com níveis de tributação que são contraproducentes para a actividade económica e, como vimos, até para a própria arrecadação de receita”, avisa.

A conversa termina com a ideia de que por mais importante que seja o controlo orçamental ele, por si, não chega para resolver os problemas do país. É preciso mais, até para honrar e aproveitar o esforço que os portugueses têm feito: “Para sair desta crise Portugal tem de concentrar toda a sua energia na capacidade de atrair investimento. Isso passa pelo saneamento da situação orçamental mas também por muitas outras coisas, como melhorar a Educação e a Justiça. O povo português tem mostrado grande adaptabilidade, é necessário saber aproveitá-la.”